CORREIO BRAZILIENSE 25 SET 1999

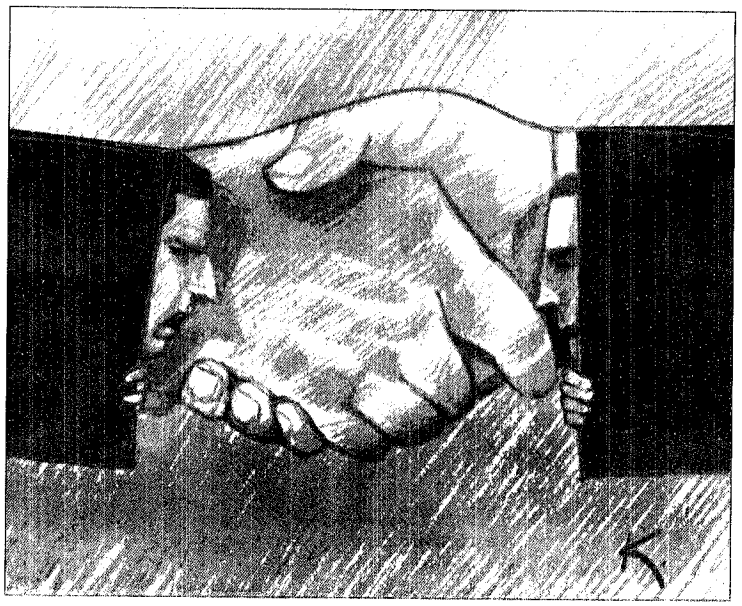
VITÓRIA DO ESPÍRITO POLÍTICO

Josaphat Marinho

A divergência no Congresso Nacional em torno da designação do relator para o Projeto de Lei do Plano Plurianual 2000-2003 foi superada na base do espírito político. Mais do que bom senso, prevaleceram a justa percepção do dever dos partidos e a consideração da importância do projeto em causa. Partidos e líderes, dirigentes do Senado e da Câmara, concorreram para amortecer reivindicações e encontrar o caminho certo. Convencionaram que a função de relator permanecerá com o mesmo partido do atual relator, apenas escolhido na Câmara dos Deputados.

Ninguém fez ou manteve postulação pessoal. Não houve reclamo de decisão individual. Por isso mesmo não importam nomes, e sim atitudes. Depois de muitos erros e desvios de rumos, as forças políticas no parlamento colocaram-se acima de pequenos interesses e deram exemplo de compreensão superior. Se houve atritos, corresponderam à presença de múltiplos partidos na representação popular. Tais confrontos, desde que não excessivos, mostram a variedade do pensamento democrático. A conformidade fácil é dos regimes autoritários. Deles é a unanimidade sem discussão. Nos sistemas livres, o entendimento é conseqüência do debate e da concessão espontânea.

A decisão lúcida dessa hora vai ao encontro do anseio coletivo.



O povo, sem dúvida, louva as manifestações de independência de seus representantes. Não estima vê-los, porém, em movimentos radicais de apoio ou de contestação aos governos. A solidariedade e a divergência podem ser constantes; mas não devem ser incondicionais. Na medida que a aprovação e a contestação refletem equilíbrio, transmitem à sociedade a impressão de que os interesses gerais estão sendo examinados e preservados. Assim como a passividade amolece o espírito público, a exaltação desenfreada perturba, divide e dificulta as soluções ponderadas. No exercício da vida pública, o bom serviço reside na firmeza, sem provocação, e na tolerância, sem submissão.

No momento atual do Brasil, sobretudo, os gestos de educação política e de atenção para os problemas de repercussão econômica e social são confortadores para a massa dos cidadãos. Valem como alívio à angústia e à desesperança da coletividade. A convenção civilizada, agora adotada, abre margem ao estudo sem prevenção do Plano Plurianual do governo. Nele estão situadas questões fundamentais, de educação, de saúde, de saneamento, de habitação, de meios de comunicação, com os investimentos previstos. Decerto conterá falhas, e merecerá correções. Para apurar as falhas e sugerir as correções, o Congresso Nacional precisa reproduzir, aprimorado, o espírito que revelou agora. Nos instantes de crise, especialmente, alimentar a esperança é propiciar a fixação de soluções criadoras de tranqüilidade.

As concessões ilimitadas do meio político permitiram que se agravasse a crise. Nesse momento mesmo, organizações médicas idôneas vieram a Brasília, por seus delegados, para protestar sobre a administração da saúde, com saliência para as dificuldades do SUS. É evidente que a modificação do regime de exploração do petróleo não trouxe vantagens para o povo. Os preços dos seus derivados têm aumentado, sucessivamente. Agora, entretanto, com a Petrobras já enfraquecida, o governo anuncia a descoberta de grande campo de petróleo, na bacia geológica de Santos. O fato é auspicioso por indicar a perspectiva de maior produção de petróleo. Demonstra, porém, como as forças políticas foram desatentas ao valor do monopólio. A revelação dessa hora reflete capacitação longamente desenvolvida.

De qualquer modo, justo é esperar que o acordo parlamentar dessa hora seja fonte de inspiração para outras soluções de interesse da comunidade nacional. O país e a democracia requerem esse esforço edificante.

■ **Josaphat Marinho, ex-senador, é professor emérito da Universidade de Brasília e da Universidade Federal da Bahia e diretor da Faculdade de Direito da UPIS**